

Eliseu Martins

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade — FEA/USP
Prof. Titular da Departamento de Contabilidade e Atuarial — FEA/USP
Membro da Comissão Consultiva sobre Normas Contábeis
da Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Introdução

Muito se tem escrito e falado recentemente a respeito da “superioridade” do Fluxo de Caixa sobre a Demonstração do Resultado, da “volta da Contabilidade ao custo histórico puro” e até da maior utilidade do Regime de Caixa sobre o de Competência para fins de gerenciamento das empresas.

O nosso objetivo aqui é procurar mostrar que tudo isso pode ser válido..., para quem não entende de Contabilidade, ou não sabe de fato o que é Regime de Competência, não entendeu o que é fluxo financeiro na inflação ou então para quem está sempre atrás de novos modismos, quaisquer que sejam, independentemente de uma análise crítica e racional.

As Demonstrações Contábeis e o Fluxo de Caixa

Em primeiro lugar discutamos a respeito do relacionamento entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa. Infelizmente ainda encontramos quem ache que a questão é de alternativa: ou um ou outro, sem que se perceba da ligação umbilical entre as Demonstrações Contábeis e o Fluxo de Caixa.

Talvez a grande falha resida exatamente entre nós, Contadores, quando deixamos de mostrar aos nossos usuários que essa conexão é íntima e fundamental.

O Balanço e a Demonstração do Resultado, se elaborados a luz do custo histórico puro e na ausência de inflação, é a distribuição lógica e racional ao longo do tempo do Fluxo de Caixa da empresa. E é talvez necessário esclareçamos isso aos consumidores do nosso produto. Precisamos saber mostrar que um ativo possui, além das disponibilidades e das aplicações de caixa efetuadas, direitos que estão para se transformar em caixa: e além disso, possui bens que estão representando o montante de caixa desembolsado ou a ser desembolsado em função de sua aquisição. E que o passivo representa valores a desembolsar futuramente. Logo, o balanço inteiro, sem exceção, possui ligação como Fluxo de Caixa.

A Demonstração do Resultado possui receitas que foram ou serão recebidas na forma de dinheiro, e despesas que foram ou serão pagas da mesma forma. Assim, o lucro obrigatoriamente transita pelo caixa da empresa.

Alguns itens podem dar uma dificuldade maior de entendimento aos iniciantes, é verdade. Por exemplo, a aquisição de mercadorias a prazo produz o registro do ativo antes do seu desembolso e pode acontecer de esses bens serem baixados antes mesmo do respectivo pagamento. Assim, há, sempre, uma diferença no tempo entre o momento em que se registra o lucro com a transação e o efetivo aparecimento, no caixa, do respectivo montante. Ainda mais que as vendas podem também ter essa diferença temporal. Mas, inexoravelmente, o lucro bruto transita pelo caixa. E a diferença, em termos de tempo, normalmente é pequena.

Qual é então a diferença entre a Demonstração do Resultado e o Fluxo de Caixa? Ora, o registro das vendas no momento de sua ocorrência representa muito

melhor a verdadeira capacidade de geração de lucro e de caixa do que o recebimento do dinheiro dos clientes. E a contraposição do custo das mercadorias vendidas a essas vendas mostra muito melhor o diferencial produzido pela operação do que o registro, num período, do pagamento das mercadorias, e no outro, o do recebimento das transações realizadas. Como ambos os fluxos financeiros não acontecem simultaneamente, isto é, não há coincidência entre o recebimento e o pagamento, o regime de caixa puro e simples produziria distorções enormes na mensuração do quanto se está ganhando ou perdendo nas operações. Daí a inteligência humana haver criado o Regime de Competência em que se tem a junção e a confrontação entre os fluxos de entrada e saída e o seu respectivo saldo, evidenciando-se o que não é tão bem visível no puro Fluxo de Caixa.

Claro que seria muito mais simples o registro tão somente do Fluxo Financeiro puro, mas que ilusões estariam sendo criadas quando do descasamento (que está sempre ocorrendo) entre o recebimento e o pagamento.

O mesmo diz respeito às demais despesas e receitas operacionais. Imagine-se uma empresa com um empréstimo que prevesse uma carência nos juros por um certo período. Que perigo não se considerar esse encargo pela sua incoerência, deixando-se para computá-lo tão somente no seu pagamento.

Problemas Especiais

A Depreciação

Um ponto que produz dificuldade enorme é o relativo as depreciações, amortizações e exaustões. Inclusive é comum a expressão “esses tens nada têm a ver como Caixa”. Que absurdo!

Uma depreciação nada mais é do que a alocação de um pedaço do caixa desembolsado (ou mesmo a desembolsar) na aquisição de um imobilizado. Logo, a depreciação tem tudo a ver com caixa. A única diferença é que é enorme a probabilidade de a diferença temporal entre o reconhecimento desse encargo e o respectivo reflexo financeiro ser grande. Além disso, mesmo no período do pagamento do respectivo ativo, apesar de ser possível já haver uma depreciação relativa a esse bem, a diferença entre os valores também é muito grande. Daí a necessidade de se separar melhor: para efeito dos fluxos financeiros considera-se a saída quando da aquisição e, por causa disso, não se pode computá-la de novo 10 que duplicaria o efeito) quando do reconhecimento da depreciação.

Assim, e absolutamente errônea a idéia de que a depreciação, a amortização ou a exaustão nada tenham a ver com reflexo financeiro. Existe, isso sim, uma relação direta com o caixa, só que normalmente a relação não é com o caixa do mesmo período.

Raciocínio complementar há de ser feito quando da venda ou baixa de um ativo depreciado. Se alienado com lucro, estaremos tão somente registrando que há uma diferença (entre reflexo financeiro e os registros contábeis) sendo consertada agora: a venda produz uma entrada de caixa que, confrontada com o dinheiro investido na aquisição do imobilizado nos dá o valor efetivo do dinheiro sacrificado pela utilização do bem: e o lucro (ou prejuízo) na alienação e a diferença entre esse sacrifício financeiro e a soma das depreciações contabilizadas até então. Com isso retificamos os valores contabilizados anteriormente, complementando a depreciação total registrada (se prejuízo na venda ou retificando o total anteriormente contabilizado (se lucro).

A soma, portanto, das depreciações acumuladas com os lucros ou prejuízos

nas vendas (ou perdas nas baixas) e o exato valor do sacrifício sentido “na boca do caixa” com relação ao ativo em questão. Só que com Regime de Competência alocamos mais inteligentemente essa perda financeira ao longo do tempo. ao invés de simplesmente fazê-la desaparecer num simples Fluxo de Caixa. Neste haverá a saída pela aquisição num período e a entrada, vários períodos depois, do eventual valor de alienação, sem a visão adequada do cotejo entre os dois para que se tenha a idéia do que representou financeiramente, aquisição e o uso desse ativo. Fundamenta-se mais ainda a velha assertiva de que, mesmo que as depreciações contábeis em cada ano sejam estimadas, é melhor tê-las já que é muito melhor uma estimativa razoável do que o erro absoluto.

As Provisões Para Perdas

Já falamos no reflexo financeiro da figura do lucro bruto. Mas, na dúvida quanto ao efetivo recebimento das vendas efetuadas, reconhecemos contabilmente a provisão respectiva, numa evidência adicional do relacionamento da Contabilidade e o Caixa. Ao registrarmos a provisão já consideramos a parcela que se espera não será efetivamente recebida.

Noutro exemplo, se adquirirmos mercadorias e até as pagamos, já temos um reflexo financeiro. Mas não computamos nada ainda para efeito do lucro contábil para que possamos confrontar esse desembolso com a receita da venda dessas mesmas mercadorias. Mas, se as condições de mercado evidenciarem que não conseguiremos recuperar o dinheiro desembolsado (ou mesmo ainda a desembolsar) na compra desses estoques, á consideramos essa parte do dinheiro não recuperável como encargo do período, constituindo a provisão para ajuste ao valor de mercado.

Assim, todas as provisões têm a ver com o Fluxo de Caixa! E se as estimativas dessas perdas econômicas e financeiras não se confirmarem, revertemos as provisões, de uma certa forma consertando a previsão que não se confirmou: ou, se necessário complementamos, mas sempre conscientes de que elas tem tudo a ver com o Fluxo de Caixa. Só que nossa responsabilidade é exatamente a de prever, prevenir e informar sobre esses reflexos, independentemente de o caixa já estar sentindo as conseqüências ou não.

A Equivalência Patrimonial

Mais complicada do que a depreciação é a receita ou a despesa de equivalência patrimonial. Também tem a ver com o caixa, só que de novo o problema reside na diferença temporal possivelmente muito grande entre a realidade econômica e o reflexo financeiro.

Quando reconhecemos uma receita dessa natureza estamos nos antecipando ao efeito caixa que ocorrerá quando recebermos os dividendos ou quando vendermos o investimento. E se nessa venda final ocorrer lucro ou prejuízo estará isso representando que o reflexo financeiro do investimento feito não terá sido completo, faltando agora o devido complemento ou a retificação. Afinal, a venda com lucro de um investimento avaliado por esse critério significa que o caixa obtido pela alienação é superior à soma do investimento financeiro originalmente efetuado com os resultados de equivalência já computados. Assim, separamos contabilmente o dinheiro agora recebido: parte é recuperação do dinheiro originalmente aplicado, parte é recebimento de lucro já contabilizado anteriormente. e a parte final é o recebimento de um outro ganho ainda não registrado anteriormente. Assim, o registro do lucro na venda e o complemento econômico e financeiro da história completa do investimento. Se, por outro lado, na alienação houver um prejuízo, esse valor negativo poderá estar retificando lucros de equivalência já contabilizados que financeiramente não se materializam.

Vemos assim a umbelical ligação também entre a equivalência e o Fluxo de

Caixa. Mesmo que haja diferença enorme em termos de tempo entre os fluxos econômicos e financeiros relativos aos investimentos avaliados dessa forma, as mãos dadas entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa aparecem.

Com raciocínios análogos conseguimos provar aos nossos usuários essa vinculação completa entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa.

A Inflação

Dissemos e procuramos mostrar atrás essa ligação íntima entre as Demonstrações Contábeis (Balanço e Resultado no caso) e as entradas e saídas de caixa, mas havíamos nos restringido ao caso de ausência de inflação e adoção do custo histórico para a avaliação dos bens da empresa. Vamos agora à situação de inflação mas ainda com a manutenção do princípio do custo histórico como base de valor.

Para que seja mantida a absoluta vinculação entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa quando da existência da inflação, e preciso que tenhamos em mente o que é mais importante: na inflação interessa o fluxo nominal ou o fluxo real (tanto econômico quanto o financeiro)? O que é mais relevante ao usuário da informação: a evolução do fluxo nominal de cruzados novos ou a da capacidade aquisitiva dessa moeda?

Se fosse realmente mais útil a informação pura e simples ao longo do tempo (e não interessa quão extenso possa ser ele) do fluxo nominal histórico, mesmo que a capacidade aquisitiva da moeda mudasse ao longo desse tempo, então teríamos a definição de que o princípio contábil deveria ser o do custo histórico puro, até com alta inflação.

Mas se acharem nossos usuários e nós mesmos que com inflação é necessário termos uma âncora, um balizamento, uma moeda forte ou constante para sabermos da evolução real, então precisamos mudar a base de avaliação contábil. E precisamos trabalhar com uma moeda constante e a valor presente.

Se achamos que não podemos comparar o saldo de caixa de há seis meses atrás com o existente hoje por causa da inflação, então precisamos transformar os dois em algo comparável, com um sendo levado para a capacidade aquisitiva do outro ou ambos para uma terceira moeda.

Se achamos, ilógico comparar o preço de uma venda a prazo com o custo de uma aquisição a vista, então precisamos introduzir o efeito do ajuste a valor presente na Contabilidade e no Fluxo de Caixa (note bem: num e noutro). Ainda mais que a compra está diferenciada, no tempo, da venda.

Concluimos que, se considerarmos que há a necessidade de trabalharmos na inflação com uma moeda mais confiável, precisamos, obrigatoriamente, inserir na Contabilidade com plenitude a idéia da moeda constante e a valor presente.

Absurdo é registrarmos hoje, na moeda de hoje, o valor de uma venda a ser recebida por esse montante prefixado daqui a 20 dias, sabendo que esse valor, no recebimento, terá uma capacidade aquisitiva diminuída. Pior ainda é compararmos esse valor já errado de venda com o custo de aquisição da mercadoria comprada há 60 dias atrás e paga há um mês.

Se cometemos esses erros, é lógico que inutilizamos a capacidade informativa das Demonstrações Contábeis e justificamos a substituição da Demonstração do Resultado pelo Fluxo de Caixa. Mas estaremos (ou alguém outro estará) cometendo outro equivoco monumental se, ao elaborar esse Fluxo de Caixa, utilizar-se dos valores históricos puros, confrontando-se, por exemplo, recebimentos do mês com pagamentos

do mesmo mês, referentes a itens que não se contra-põem: e complementando-se com a comparação eventual entre recebimentos de vendas com pagamentos de compras em momentos diferentes.

Dai a necessidade de se ter a adoção de duas providências: se o fluxo financeiro abrange um período razoável face à inflação, não se pode tratar as entradas e as saídas pelo seu valor nominal. Há que se ter o fluxo real de entradas e saídas em BTN, BTNf, moeda estrangeira, ouro, qualquer base mais sólida. E mais, se comparar reflexos financeiros de uma operação completa (como compra e venda de mercadoria, da que se introduzir a figura do ajuste a valor presente, trazendo-se as entradas e saídas à capacidade aquisitiva única.

Assim, na inflação, e principalmente na inflação alta, há que se trabalhar com moeda constante e a valor presente.

Correção Integral a Valor Presente

Adotando se, por exemplo, a correção integral com os ajustes a valor presente e os ganhos e perdas nos itens monetários devidamente alocados as suas origens, tem-se de novo a restauração da qualidade da informação contábil e a absoluta vinculação entre as Demonstrações Contábeis e o Fluxo Real de Caixa.

Por exemplo, computando-se as vendas pelo seu valor já líquido das perdas efetivas ocorridas entre a negociação e o recebimento (para as vendas recebidas) e ainda as perdas esperadas entre as receitas registradas e o recebimento previsto (para as vendas por receber), teremos como saldo a quantidade real de caixa produzida ou a ser produzida numa determinada moeda específica.

Se estivermos raciocinando em BTNf. qual a quantidade real de BTNf que pode ser adquirida com a venda de hoje por um valor a ser recebido daqui a 30 dias? É claro que é esse valor dividido pelo valor BTNf do dia do recebimento. Assim, temos que, ao registrar a informação contábil da venda hoje, ajustar essa venda ao valor presente pela expectativa de inflação até o recebimento, o que é o mesmo que dividirmos o valor da venda de hoje pelo valor esperado do BTNf para o dia do recebimento.

Agindo assim para as receitas e para as despesas estaremos de novo com a ligação perfeita entre Demonstrações Contábeis e Fluxo de Caixa, só que estaremos voltando a informar, na Demonstração do Resultado, com uma qualidade extraordinária e com uma relevância ímpar, antecipando inclusive essas expectativas de perdas ou de reduções de custo (no caso das compras de mercadorias, por exemplo) ou de despesas. E mais ainda, estaremos propiciando a condição de uma comparação como Fluxo de Caixa real, e não com o nominal que também é terrivelmente enganoso na inflação.

Mas, repetimos. se insistirmos em manter um sistema contábil calcado em valores nominais, sem nenhuma consideração para com o conceito de valor presente. estaremos entregando nosso diploma e nossa profissão aos que muito bem sabem fazer uso do escárnio e, nesse caso, o estariam fazendo, infelizmente. com propriedade.

Mas nós temos a tecnologia para respondermos à altura a esse desafio. Apesar de sabermos que alguns usuários precisarão de uma reciclagem para entenderem o que é Fluxo Econômico de Resultado e Fluxo de Caixa na inflação. Mas com certeza compreenderão que custo histórico puro na inflação é aberração e que o Fluxo de Caixa nominal nessas condições também é inútil.

Preços de Reposição

É normal surgir o questionamento: se a Contabilidade a custos históricos (corrigidos se na inflação) tem vinculação completa com o Fluxo de Caixa, o que ocorre com a Contabilidade a preços de reposição?

Sabemos que no Brasil, para finalidades gerenciais, trabalha-se em muitas empresas com o custo de reposição para o caso pelo menos de matérias-primas. E também sabemos da adoção dos custos correntes em alguns países, mesmo que não compulsoriamente (como a Holanda, por exemplo). Como fica o relacionamento com o Fluxo de Caixa? Passa a inexistir?

É claro que não. Mesmo na Contabilidade a valores correntes de reposição existe a ligação completa com o Fluxo de Caixa. "Apenas que, ao invés de se cotejar receitas de vendas com investimentos feitos em estoques, imobilizado, etc., comparam-se as receitas com os investimentos a serem efetuados na reposição desses bens. De novo verificamos que as Demonstrações Contábeis estão amarradas ao fluxo financeiro, só que agora voltando-se ao fluxo futuro de reposição dos ativos sendo consumidos, vendidos, etc.

Isso ocorre, no Brasil, especificamente com as Reavaliações de Ativos. A baixa para o resultado de depreciações calculadas sobre valores reavaliados passa não mais a significar a apropriação de parte do caixa (corrigido monetariamente) utilizando na sua aquisição, mas sim a parcela do caixa que se estima será consumida na sua reposição.

Há uma grande mudança de enfoque: nos preços de reposição, quer de estoques quer de imobilizados, volta-se mais para o futuro, mas não se desvincula no Fluxo de Caixa.

Porque a Vinculação entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa?

É bastante óbvia a resposta a essa indagação. No mundo econômico o denominador final comum a todas as operações é o dinheiro. E, no longo prazo, o conceito de lucro está voltando exatamente a uma diferença de riqueza medida em dinheiro.

No caso extremo, qual o lucro de uma empresa no longo prazo? E a diferença entre valor de sua liquidação e os investimentos feitos pelos sócios (considerando-se, é claro, os lucros distribuídos durante a sua vida). Assim, o conceito tradicional e intuitivo de lucro está vinculado, em sua última consequência, ao fluxo financeiro de ponta a ponta entre a empresa e o seu proprietário.

Claro que, no caso de inflação, é necessário colocar-se todos os componentes do fluxo numa única moeda, corrigindo-se cada investimento feito pelos proprietários e cada lucro distribuído a eles ao longo do tempo. E de novo nos reencontramos com o Fluxo de Caixa. Mas... com o Fluxo de Caixa inteligente', em moedas comparáveis, e não o histórico, nominal, incongruente.

E a necessidade de se conhecer continuamente o andamento da vida da entidade exige a elaboração das demonstrações contábeis periódicas. E para isso o Regime de Competência produz re-alocações do Fluxo Financeiro de forma a se ter as confrontações necessárias a uma boa análise da evolução da efetiva rentabilidade e da correta posição financeira de qualquer entidade.

Porque o Regime de Competência?

É Ele realmente mais Útil?

Novamente repetimos que a grande diferença entre o Regime de Competência da Contabilidade e o Regime de Caixa dos fluxos financeiros puros reside na mais correta alocação, naquele, dos mesmos fluxos de entrada e saída destes. E que essa melhoria de alocação tem como objetivo efetuar uma contraposição mais válida entre as entradas e os sacrifícios em termos de saídas relativos a essas entradas.

O não cotejo entre esses fluxos de e para a empresa (ou qualquer outra entidade), provoca, comumente, idéias falsas sobre a verdadeira evolução patrimonial da entidade, ensejando avaliações errôneas.

Entretanto, não significa isso que a Demonstração Contábil, Balanço mais Resultado, seja absolutamente uma alternativa ao Fluxo de Caixa pura e simplesmente. Isso significaria a possibilidade do abandono deste último. Mas ocorre que as Demonstrações Contábeis e o Fluxo de Caixa se interligam, e intimamente como afirmamos, mas não se excluem, já que ambos possuem seus próprios e específicos méritos.

Para a análise da evolução do patrimônio e para o conhecimento da sua efetiva rentabilidade, a Demonstração do Resultado e o Balanço juntos respondem adequadamente e de forma muito mais eficiente. Já para a análise financeira de curtíssimo prazo o Fluxo de Caixa é mais útil. E não se pode esquecer que o acompanhamento da liquidez da empresa é tão importante quanto o da sua rentabilidade. Portanto, ambos os fluxos se complementam, e por isso se tem o generalizado uso concomitante dos dois na grande maioria dos países hoje.

Entretanto, daí a se falar em supremacia do Fluxo de Caixa, abandono da correção monetária, volta ao custo histórico puro mesmo na inflação, desdenhar o custo corrente de reposição, etc., vai uma grande diferença, ou talvez, desconhecimento mesmo. Afinal, aparentemente é mesmo mais fácil entender o fluxo financeiro puro do que o fluxo contábil.

Manipulações

Há um outro ponto muito importante a ser comentado. Pode parecer que o Regime de Competência pode ser manipulado, enquanto que o Fluxo de Caixa pode parecer ser absoluto e verdadeiro porque vinculado a uma realidade aparentemente muito mais objetiva. Ledo e terrível engano de novo.

As chances de manipulação no Fluxo de Caixa são muito mais fáceis de se produzir e de forma "honesta", enquanto que as do Regime de Competência, se existentes, normalmente derivam de efetivas fraudes, e isso não está em discussão. Por exemplo, um atraso deliberado no pagamento aos fornecedores pode aparentar um desempenho melhor dos recursos gerados pelas operações no Fluxo de Caixa. Ou um acréscimo no prazo de recebimento pode provocar, nesse exercício, uma significativa redução financeira, mesmo que isso não comprometa a rentabilidade (dependendo do acréscimo ao preço pelo prazo adicionado). No fundo, é mais fácil a uma empresa provocar alterações no seu Fluxo de Caixa do que no seu fluxo de resultado. Logo, este é sempre mais confiável, desde que o rigor técnico esteja igualmente presente nos dois.

A capacidade preditiva da Demonstração do Resultado é muito maior que a do Fluxo de Caixa. Principalmente quando lembrarmos que naquela existe a confrontação entre receitas e despesas, enquanto que nesta não. Lá depreciamos ativos e confrontamos esse encargo com a receita que ele ajuda a produzir. No Fluxo de Caixa normalmente a desvinculação é completa e temos épocas com grandes desembolsos e épocas com grandes fluxos de entrada, e podemos perder de vista o devido cotejo.

Ha, por exemplo, um caso recente publico e de enorme interessante nos

Estados Unidos. Há alguns anos, em função da alta taxa de juros que estava em vigor, as cadernetas de poupança de lá precisam pagar taxas equivalentes às do mercado para as novas captações e também para manter as captações que se venciam, enquanto que as aplicações, de longo prazo, tinham contratualmente taxas de juros menores. Mas o fluxo líquido de caixa estava muito positivo, já que em função exatamente da alta taxa de juro oferecida, as captações aumentavam enormemente. Só que, contabilmente, os resultados, e claro, começaram a diminuir porque cresciam as despesas financeiras apropriadas enquanto que as receitas financeiras praticamente se mantinham com muito pouco reflexo das novas taxas nas novas aplicações, já que o prazo médio de rotação do Ativo é muitíssimo maior que o do Passivo. Não demorou muito para que entrassem em prejuízo, mesmo com disponibilidades enormes e com fluxos financeiros superavitários. O que ocorreu recentemente? Quebraram! Bilhões de Dolores foram injetados pelo governo para que não falissem definitivamente. Quem havia rapidamente mostrado o sinal vermelho alertando para o perigo? É óbvia a resposta: o resultado contábil, com o seu velho e tão importante Regime de Competência, enquanto que o Fluxo de Caixa apenas mostrava uma verdade de curtíssimo prazo sem evidenciar os reflexos de mais longo prazo das operações.

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) E o Fluxo de Caixa

Não vamos aqui nos alongar e nem vamos entrar em detalhes maiores, mas há também um movimento mundial pela troca da DOAR, com base na variação do capital circulante líquido como a conhecemos no Brasil, pelo Fluxo de Caixa.

Reconhecemos que para o caso de instituições financeiras, seguradoras e alguns tipos específicos de empresas essa troca é útil e já deveria ter ocorrido há muito tempo. Para eles não faz sentido falar-se em capital de giro líquido, principalmente porque o conceito de circulante e de longo prazo para essas empresas nada tem a ver com o das demais entidades.

Mas, para o caso das empresas industriais e comerciais, justifica-se plenamente essa substituição apenas pelo fato de ser muito mais fácil o entendimento do Fluxo de Caixa que o da DOAR. E talvez isso realmente já seja o suficiente para a mudança (é claro, sem se alterar a Demonstração do Resultado).

Mas, se olharmos do ponto de vista de efetiva utilidade e capacidade preditiva, veremos que a DOAR é muito mais rica e relevante do que o Fluxo de Caixa. (Provar isso talvez justificasse um outro trabalho que não o presente, concordamos, mas não podemos deixar de registrar a opinião.)

De qualquer forma, o conceito de capital circulante líquido é mesmo muito mais difícil, por ser abstrato e não tão familiar quanto o de disponibilidade. E mais ainda, as pessoas que sabem de fato analisar a DOAR sabem muito bem montá-la, principalmente dispondo do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Resultado e do Balanço. Já o inverso é mais difícil: quem não sabe analisar a DOAR normalmente não é capaz de montar o Fluxo de Caixa.

Do ponto de vista prático, portanto, somos favoráveis à substituição, para efeito de divulgação, da DOAR pelo Fluxo de Caixa, mesmo reconhecendo a perda de capacidade informativa desta frente àquela, mas provavelmente com o ganho líquido decorrente da maior possibilidade de utilização do Fluxo de Caixa por um número muito mais ampliado de usuários.

Resta apenas a preocupação de que não se tenha a utilização de Fluxo de Caixa nominal para as nossas atuais condições inflacionárias, já que isso seria um terrível retrocesso, e porque não dizer, perigo.

Resumo

Demonstrações Contábeis e Fluxo de Caixa não são alternativos, mas sim complementos. O conhecimento e o domínio do que se entende por Regime de Competência propicia o entendimento da vinculação entre Demonstrações Contábeis e Fluxo Financeiro, Balanço, Demonstração do Resultado e Fluxo de Caixa estão umbilicalmente ligados. Na adoção do custo histórico, a vinculação é automática e bem mais visível. Quando da presença da inflação, a vinculação só é perfeita com o uso de moeda constante e a valor presente nas Demonstrações Contábeis, e isso infelizmente ainda não está efetivamente ocorrendo hoje, apesar de a Correção Integral atualmente praticada aproxima-se bastante, desse conceito. Mas essa ligação só é correta se também o Fluxo de Caixa for elaborado em moeda constante, já que ele, a valor nominal na inflação, é altamente enganoso.

Quando da adoção dos custos de reposição (inclusive reavaliação de imobilizados), a vinculação passa a ser com o fluxo futuro de caixa para reposição desses ativos avaliados a preços correntes. Mas continua a vinculação entre Contabilidade e Fluxo Financeiro.

A capacidade preditiva da Demonstração do Resultado e a sua capacidade de verificação, em conjunto com a Balanço, da real evolução patrimonial é muito superior, a médio e longo prazo, à capacidade do Fluxo de Caixa. Este tem enorme utilidade para a verificação da evolução da liquidez e da posição financeira a curto prazo, perdendo muito no cotejo entre investimento e retorno por considerá-los desmembradamente. Além disso, o Fluxo de Caixa é muito mais sensível a políticas de mudança de prazo ou atrasos nos pagamentos ou recebimentos. Dai a maior chance de sua manipulação.

O potencial informativo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos no conceito de capital circulante líquido é também, na nossa opinião, superior ao do Fluxo de Caixa para as empresas comerciais e industriais. Todavia, por lidar aquela Demonstração com conceito abstrato de folga financeira, provoca dificuldades na maior parte dos usuários. Dai justificar-se sua substituição pelo Fluxo de Caixa. Este tem utilidades efetivas, mas para quem conhece Regime no Competências, essas utilidades são complementares as das Demonstrações Contábeis.

Em suma, a discussão de superioridade do Fluxo de Caixa, volta ao custo histórico puro mesmo quando de inflação, rejeição a valores de reposição, adoção do regime de caixa, etc. é válida para verificarmos o quanto ainda não se entende de Contabilidade e sua vinculação com o Fluxo de Caixa e para assumirmos uma postura educacional mais intensa. Precisamos comunicar melhor o que significa o nosso produto (as Demonstrações Contábeis) para evitarmos o surgimento, com certa intensidade recentemente, de afirmações que poderão levar incautos a caminhos incertos.

]

Referências Bibliográficas

FIPECAFI - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. Manual de contabilidade das sociedades por ações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

HENDRIKSEN. Eldon 5.. *Accounting theory 3 ed. Illinois: Irwin. 1977.*

IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores. Estrutura conceitual básica da Contabilidade. *In: Princípios contábeis.* São Paulo: Atlas: 1988.

ISAR - The Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting Nations. *Objetives and concepts underlying statements. UN: New York. 1989.*

JAEDICKE. Robert Keith & SPROUSE. Robert T.. Fluxos contábeis: rendas, fundos e capital. Tradução de José Bonifácio da Cruz. São Paulo: Atlas 1972.

MARTINS, Eliseu & ASSAF NETO. Alexandre. Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias. São Paulo: Atlas, 1985.

MARTINS. Eliseu. Análise da correção monetária das demonstrações financeiras. São Paulo: Atlas, 1980.

-----Entendendo a ligação entre o resultado, a DOAR e o fluxo de caixa. (Republicação). *Informações Objetivas - IOB. Boletim Temática Contábil e Balanços. Nº 30. outubro 1989.*

-----Entendendo a ligação entre o resultado, a DOAR e o fluxo de caixa. *Inflacionário, Informações Objetivas - IOB. Boletim Temática Contábil e Balanços, nº31. novembro 1989.*

-----Princípio contábil da competência. *Informações Objetivas - IOB. Boletim Temática Contábil e Balanços. 31. novembro. 1987.*

PATON. William Andrew. *Accountants handbook. 3" ed. New York: Ponal Press. 1943.*